

Caderno do II Curso de Comunicação Popular do Paraná

Dias 25, 26 e 27 de outubro de 2013 Curitiba/PR

Realização

Cefuria – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo | Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – Sismuc | Levante Popular da Juventude | SINPAF – Floresta | Rede de Educação Cidadã – Recid | Jornal Brasil de Fato | Central Única dos Trabalhadores – CUT | Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Curitiba e Região.

Apoio

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP-Sindicato | Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – Sindijor | Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – Senge/PR | Federação dos Trabalhadores em Empresas de Créditos do Paraná –FETEC |Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina – Sindipetro | Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus/PR.



Sumário

Manifestação dos professores em greve é reprimida com bombas de gás, balas de borracha, cães e cassetete, por Claudia Santiago.....	
Poder, mídia e comunicação na América Latina, por Vito Giannotti.....	
Colaboração e Liberdade: estratégias de desenvolvimento tecnológico nacional, por Sérgio Luís Bertoni.....	17
A mídia brasileira e a América Latina, por Elaine Tavares.....	21
Portal Comunitário, popular, alternativo: identificando potencialidades, por Maria Lúcia Becker	29
Guatemala: um campo de extermínio da Guerra Fria, por Leonardo Severo.....	34
Folha do Sabará: da organização popular a efetivação da comunicação comunitária, por Camilla Hoshino, Ednubia Ghisi e Laís Dlugosz	40



Manifestação dos professores em greve é reprimida com bombas de gás, balas de borracha, cães e cassetete

Por Claudia Santiago

Rio de Janeiro: violência comum nas favelas se generaliza para o asfalto

No mesmo dia em que inquérito policial conclui que UPP da Rocinha torturou e matou o pedreiro Amarildo, em julho de 2013, sob ordens do governador Sérgio Cabral professores são espancados por policiais em frente à Câmara dos Vereadores.

Na noite do último sábado, dia 28, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, mandou a Polícia Militar remover os professores que ocupavam a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Os professores estavam no local desde a quinta-feira para impedir a aprovação do Plano de Carreira proposto pelo prefeito, que não atendia as reivindicações da categoria. No prédio estavam cerca de 70 profissionais de educação. Mais da metade eram mulheres. Professoras e pessoal de apoio que estão nas escolas há muitos anos, e jovens mestras que entraram para a rede municipal nos últimos concursos. A categoria está em greve desde o mês passado.

A ação violenta pegou todo mundo de surpresa. Para aquele horário estava prevista uma aula pública, na Cinelândia, principal praça da cidade. Em resposta o Sindicato dos Profissionais da Educação, o Sepe, convocou uma manifestação para o dia seguinte, segunda-feira. A Cinelândia amanheceu cercada por policiais. As ruas laterais à Câmara fechadas. Os professores encurralados. Desenhava-se que ninguém seria poupado.

O ato aconteceu e contou com a participação de muita gente, inclusive da juventude que usa a tática black bloc e que estava afastada das ruas da cidade desde o dia 7 de setembro. O governador chamou para briga. Da grotesca ação policial, que de tão raivosos pareciam cães adestrados, muitos saíram feridos. Sequer os pouquíssimos vereadores que se colocaram ao lado do povo foram poupados. Estes bem que tentaram uma audiência com o prefeito Eduardo Paes



para tentar chegar a um entendimento quanto ao Plano de Cargos e salários. O prefeito disse não.

E na terça-feira, dia 1º de outubro, as ruas do quadrilátero da Câmara amanheceram gradeadas. O comércio ficou fechado. O tradicionalíssimo bar Amarelinho fechou as portas. Apenas uma solitária padaria se manteve aberta até às 16h quando a ação violenta da polícia se generalizou.

A Cinelândia estava mais uma vez repleta de manifestantes para impedir a votação do Plano imposto pela Prefeitura, que acabaria sendo aprovado no final da tarde por 36 votos a três em uma sessão bastante tumultuada. O plano de cargos e salários dos professores da rede municipal foi aprovado à base de bomba de efeito moral, de gás lacrimogêneo e do cerco à Câmara Municipal. Até cães foram usados.

Professores e funcionários da rede municipal não querem este plano, entre outros motivos porque ele não garante a paridade entre trabalhadores em atividade e aposentados, cria exceções na carreira e implementa o professor polivalente. Bombas gigantes de gás lacrimogêneo foram usadas para dispersar os manifestantes. O gás era jogado sobre os educadores como o inseticida é jogado em baratas. Balas de borracha eram atiradas nas pessoas que corriam de um lado para o outro.

Pedreiro Amarildo foi assassinado pela UPP

Enquanto tudo isto acontecia, a Delegacia de Homicídio concluiu o inquérito sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, de 43 anos, morador da Rocinha, favela na zona sul do Rio. No mesmo dia, a mesma polícia que acuava os grevistas era acusada formalmente de haver sequestrado, torturado, matado e dado sumiço no corpo do pedreiro Amarildo, em 14 de julho passado, depois de ser detido por PMs da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local. “Cadê Amarildo?” foi a pergunta mais reproduzida nas redes sociais em 2013. De acordo com a Polícia Civil Amarildo foi vítima de choques elétricos e asfixia por agentes da UPP da favela.

Qual a explicação para estes crimes contra a população do Rio de Janeiro?



O Rio de Janeiro tem convivido neste ano de 2013 com a generalização da violência policial que antes estava restrita às favelas da cidade. A política de Segurança no Estado submete vítimas à tortura em unidades das UPPs e trata grevistas com bombas de gás e balas de borracha.

Estes não parecem ser fatos isolados. Não está descartado que o fio condutor destas ordens dadas aos policiais sejam os megaeventos que a cidade vem recebendo. Se hoje é assim... Imagina na Copa.



Poder, mídia e comunicação na América Latina¹

Por Vito Giannotti

Quando eu vi este tema “poder, mídia e comunicação”, a primeira idéia que me veio na cabeça foi a íntima ligação entre o poder e a mídia. Antigamente, no meio do século XX, se dizia que a imprensa era o 4º poder. Não existia o conceito de mídia. E era uma ideia interessante para aquela época, mas que depois se mostrou superada pelos fatos. A imprensa era o 4º poder, ou seja, haveria os três poderes, como se ensina na escola desde o primário, e depois teria um 4º poder. Essa idéia pra mim ficou superada, no final do século XX. Evidentemente pelos fatos. Pelas mudanças que houve no mundo da comunicação. A idéia de ter os três poderes e o quarto separado faz parte da pré-história da comunicação.

Hoje em dia este título “Poder mídia e comunicação” está muito ligado à realidade, o da América Latina”, onde o poder e a mídia estão intimamente ligados. Eu não diria mais que a mídia é o quarto poder. A mídia é o poder! Ou seja, não haveria poder se não houvesse a mídia. Não haveria a invasão do Iraque, por Bush e do o complexo militar dos EUA, se não houvesse um enorme trabalho de mídia de anos para preparar a invasão do Iraque e para disfarçar os interesses reais que estavam por trás desta invasão.

Mas vamos ficar na América Latina. Eu acho que é preciso entender o porquê desta gana, desta vontade de combater os vários movimentos progressistas que existem hoje na América Latina. É preciso entender o porquê que a mídia, o porquê que a Globo, porque a Sociedade Iberoamericana de Imprensa e todos os meios de comunicação do mundo se dão um trabalho enorme para combater estas experiências. É importante entender qual é o quadro da conjuntura política de hoje na América Latina. E entender qual é a importância que tem a mídia nesta disputa de hegemonia que está em curso hoje no continente latino-americano.

¹Degravação da Conferência de Vito Giannotti na mesa Poder, Mídia e Comunicação na América Latina, por ocasião do durante o Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, realizado em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008.



Na década de 1960, a gente, na América Latina, viu o auge das ditaduras, e em seguida, o destas várias ditaduras impostas pelos Estados Unidos, e pelas oligarquias locais. A gente viu, era uma enorme luta garantida pela instalação de ditaduras terroristas e assassinas, patrocinadas pelos Estados Unidos. A gente viu que o objetivo era um só, manter a América Latina como o eterno quintal dos Estados Unidos. Aquele que o Monroe definiu em 1825, com a famosa Doutrina Monroe, a “América para os americanos”. Americanos do norte, obviamente. Quer dizer, esse era o sentido na década de 1960, de 1970, quando implantaram aquelas ditaduras.

Na década de 1980 e 90 as ditaduras se acabaram, foi uma transição democrática. Se implantaram democracias e nós vivemos o período do consenso de Washington. Afinal, o triunfo do neoliberalismo em toda a América Latina: Fujimori, Menem, Fernando Henrique, Collor, esta turma toda foi o triunfo de uma política clara que era a política do Consenso de Washington. Isso implicava no silêncio total da população, da piora que teve a vida da população, na anestesia completa do povo. Vimos esta anestesia quando foi privatizada, por exemplo, a Telebrás, o maior complexo telefônico privatizado no mundo, em 1997. Houve um consenso generalizado. Eu falava 85, mas, hoje, diria 90% da população brasileira era a favor da privatização da Telebrás. Como que foi conseguido isto? Através de uma anestesia. E quem fez essa anestesia? Quem foi o médico anestesista? A mídia! Foi a imprensa! Não só a imprensa, mas a mídia, a rádio, televisão Internet. Tudo isso deu origem a este consenso, que se chegou a chamar de “pensamento único”. Qual era o objetivo? Quem é que ganhava com isso? O império, o império do Monroe, dos americanos, e as oligarquias locais que ganharam horrores com o Consenso de Washington.

A partir dos anos 2000 houve uma mudança na América do Sul. Se criaram vários governos que não estão exatamente seguindo a cartilha do Consenso de Washington, ao contrário. Muitos deles estão contrariando se opondo e combatendo este tal consenso. Tem uma frase do Tarik Ali, do livro “Piratas do Caribe”, um livro famoso, que ele escreveu sobre essa nova realidade latino-americana, que eu trouxe aqui pra gente ler juntos. Ele diz que “na América do Sul há motivos de se ter esperança”. Não havia nenhuma esperança na



década de 1980 e 1990. Era o desprezo, a desgraça, a década perdida, como se falava. Ao contrário, na América do Sul, hoje, há motivos de se ter esperança. A América do Sul é o continente em que uma alternativa essencialmente social-democrata ao capitalismo neoliberal está presente. Esses governos como o de Chaves, de Morales, e de Correa, esses vários governos que estão se contrapondo ao projeto do FMI correspondem a uma alternativa essencialmente social-democrata. É importante a gente ter isso bem presente. Muita gente diz “não, mas eles não são governos revolucionários, marxistas”. Claro, não são. Agora, essa definição de governos social-democratas, é uma caracterização pra gente entender essa situação na América Latina. Eu acho que esta definição de Tarik Ali nos dá um caminho muito claro.

Esses governos, a partir de 1998, 1999, começaram a ser uma voz dissonante, uma voz de contradição, de contraposição ao Consenso de Washington. Hoje é um fenômeno. Muitos intelectuais que já foram revolucionários se colocaram contra esses governos. O caso típico é do Jorge Castañedas, do México. É um ex, um monte de “ex”. Foi ex-marxista, ex-isso, ex-aquilo, ex-guerrilheiro, ex-tudo. Ele simplesmente se colocou contra estas mudanças que estão acontecendo, dizendo que são governos populistas, demagogos. Quer dizer, está defendendo a continuidade do velho projeto de dominação do império. O pensamento único se estendeu em toda a América Latina, todos os canais de televisão, todos os jornais da grande mídia, da mídia burguesa, ou, para ser menos careta, da mídia empresarial, da mídia comercial, a gente fala da mídia corporativa. São palavras que são um disfarce para dizer a mídia burguesa. Bom, essa mídia age da mesma maneira, no mundo, não só na América Latina. No mundo, há dois canais de TV que se contrapõem a essa visão do Consenso de Washington, do neoliberalismo mundial, do capitalismo mundial, do império. É a Al Jazeera, um canal árabe e a TVSUR, da Venezuela. Se contrapõem a quê? As corporações da desinformação. As grandes corporações que vinculam as idéias do mundo todo. O caso mais típico é o caso do golpe da Venezuela em abril de 2002. Já foi chamado aqui e no mundo todo como um golpe midiático. Foi um golpe da mídia. Por que da mídia? Foi coordenado, organizado, planejado, pensado, nada menos do que na sede da RCTV. Claro, o



golpe foi planejado por militares e pela Confederação das Indústrias, por Carmona, que era seu vice-presidente junto com o Cardeal, foi planejado lá, com toda a mídia da Venezuela. Qual foi a reação da grande mídia mundial inteira? O *Le Monde*, jornal francês mais apreciado no mundo, aplaudiu, o *Times* aplaudiu, o *New York Times* aplaudiu, a nossa Folha de S.Paulo e todos os jornais patronais do nosso país, como o Diário Catarinense, todos apoiaram o golpe contra Hugo Chaves, todos! Foi feita uma campanha mundial pra demonstrar que o Chaves era um ditador. Pouco tempo depois o Chaves voltou, com o apoio do povo, com mais de um milhão de pessoas nas ruas. Mas, no mundo todo, durante os primeiros dias foi mostrado que este golpe era um golpe mais do que legítimo. Era um golpe? Não, este foi apresentado como era uma medida contra um ditador, que seria Chaves. Ele seria o ditador.

O que está em jogo na América Latina hoje? Está em jogo o controle político, o papel que a América Latina pode ter no renascimento da esperança, na continuidade da esperança no mundo. A esperança de que? De um mundo diferente. Hoje, mundialmente, o pólo que gera uma esperança, que tem uma esperança, de “outro mundo é possível”, é aqui na América Latina! Nestes governos nitidamente social-democratas, que não tem nada de revolucionários. Nem Chaves, nem Morales, nem Correa. Não são governos revolucionários, mas são governos que dão uma esperança de uma mudança. Esperança de algo diferente. Nós vemos todo um engajamento de todo o outro lado contra estas experiências. Querendo manter o que? Querendo manter a hegemonia do Consenso de Washington, a hegemonia dos Estados Unidos. A CCN em espanhol foi a que mais noticiou aquele golpe, que acompanhou segundo por segundo, mostrando mentiras completas, absolutas sobre o golpe foi dado contra Hugo Chaves em abril de 2002. O *New York Times* falou que esta medida, tomada para retirar o ditador Chaves, seria o fortalecimento da democracia. Fortalecimento da democracia, um golpe militar?! Aliás, o que teria contra o golpe militar o *New York Times*? Apoiaram sempre todos os golpes dos Estados Unidos desde a década de 1960 e 1970 na América Latina, no Chile e em todo qualquer país, como o Brasil. Sempre apoiaram! Por que não apoiariam mais um golpe na



Venezuela em 2002? Mais interessante foi que neste golpe o *New York Times* falou nitidamente do fortalecimento da democracia.

Outro caso, na eleição do México. Passou batido, porque nem a Globo noticiou, nem a Record, nem a Bandeirantes, nem nenhuma outra noticiou a eleição do México, quando teve um candidato contra o Consenso de Washington, professor Lopes Obrador, contra o Calderón. O candidato de Washington, o candidato de Bush, o candidato neoliberal. Quem ganharia essa eleição? Seria um candidato que estaria na linha de Chaves, na linha de Evo Morales, na linha de Correa, do Equador. Mas, a eleição foi absolutamente fraudada. Foi totalmente roubada. E toda a mídia mundial deu apoio a essa fraude orquestrada desde Washington. Por quê? Porque o que está em jogo na América Latina é matar a esperança. Esse é o projeto do império. Ou, no outro extremo, manter a esperança. Manter a esperança de uma melhor distribuição de renda, de uma participação popular mais ativa, de uma democratização do povo. É isso que está em jogo. Nada mais. Não se trata de um projeto socialista, marxista, o escambau! Tá em jogo uma leve melhora pela social-democracia. Mas isto já é muito, muitíssimo, para o Império, que não quer nada disso.

Tem um filme, um documentário, “México voto a voto”. Gente, é uma coisa! Não tem ser humano que não chore vendo. É manifestação de dia e de noite. E o Tribunal, o TSE de lá, legitimou a fraude, claro! E o povo na rua chorando, gritando, você vê criança de colo, velhas, senhoras de 90 anos, e velhos trabalhadores gritando “voto, por voto – Urna por urna!”. E o tribunal eleitoral, seria o “nosso” TSE nosso, dizendo “não, não precisa recontar, não”. E deu vitória a quem? A quem Bush queria. É isso que estava em jogo. E o canal de televisão do México? Todos esses canais corporativos, da grande mídia, os canais empresariais, canais comerciais, canais patronais apoiaram o golpe.

E aquele revolucionário interessantíssimo, Jorge Castañedas, disse “é inaceitável o pedido de recontagem”. Um ex-revolucionário, ex-marxista, ex-comunista, ex-guerrilheiro, ex-tudo!: “É inaceitável o pedido de recontagem”. E os votos não foram recontados. Foi dada vitória ao candidato do Império, do Consenso de Washington.



Essa é a mídia! Toda a mídia do outro lado. Qual é o trabalho que a Globo, que nós vemos toda a noite, com notícias da Venezuela, do Equador, da Bolívia, de algumas notícias do Kirchner. Frente a qualquer notícia que possa ser favorável ao povo, o trabalho da mídia é para mostrar que na América Latina há dois blocos: os maus, de um lado e os bons de outro lado, que são Bachelet, Kirchner, Lula. Este não são o ideal, o que Washington queria, mas são menos nocivos ao projeto neoliberal de Washington do que Morales, Chávez e companhia. E é esta divisão que a mídia empresarial mostra. Por isso ataca, o tempo todo, qualquer tentativa de democracia na América Latina.

O que está em jogo hoje na América Latina, do ponto de vista da macropolítica é o vislumbre de uma alternativa popular, porque não se trata de uma alternativa revolucionária. Chávez fala do “Socialismo do Século XXI”. O que é? Sei lá! Nem ele sabe. Mas, só falar em socialismo já é alguma coisa! Quer dizer, para Washington é suficiente pra tentar derrubar. E o que faz Washington? Por que a quarta frota veio navegar nos mares, entre a Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina? Por que a quarta frota agora está aqui? Pra dizer: “quietos aí, tá? O nosso homem na América Latina, na América do Sul, o nosso governo é o do Uribe, o narcotraficante”. Esse é o governo ideal que os Estados Unidos querem. E lá na Colômbia que está a base, é o futuro parar os planos para ter uma Israel do mundo árabe. Porque no mundo Árabe, Israel é o cão de guarda dos Estados Unidos. Quem seria o cão de guarda dos Estados Unidos na América Latina? A Colômbia! Fica numa localização fantástica, do “ladinho” da Venezuela, do Equador, com o Peru, com a Bolívia, com o Brasil. Uma localização excelente! Lá é o lugar da base, da instalação dos Estados Unidos. O que está em jogo? A derrocada do capitalismo global na América Latina, do projeto global neoliberal para a América Latina.

Pra não pagar o FMI tem que ter 10 milhões de pessoas na rua. Não é fácil você dar uma virada completa. Mas, em inúmeras questões Hugo Chavez está acompanhando outra corrente. Por exemplo, fazendo a Reforma Agrária, um dos pilares da política de Chavez. O que está em jogo é limpar a área, pra reafirmar o capitalismo global dos Estados Unidos, com toda sequência: de guerra, de injustiça, de caos, de miséria. Tudo isso hoje é considerado “normal”. Ou, do



outro lado, o repensar o socialismo. Como? Não é o que muitos revolucionários sonham. Não é o que sempre sonhei. Sonho até hoje. E daí? Sonho não resolve nada. Sonho é sonho. Mas é um socialismo democrático ao lado do povo, que permita ao povo ser protagonista de sua história. Uma retomada da utopia. Não tem utopia no Consenso de Washington. Não tem utopia no consumismo, é outra coisa.

Para manter este projeto de utopia é necessário uma comunicação contrahegemônica. Uma comunicação que dispute a hegemonia. É necessário duas coisas: Uma campanha para se contrapor à desinformação da mídia empresarial. E reforçar, através de nossos jornais, o eixo da esperança. Impedir qualquer medida que impeça a democratização de mídia. Impedir que eles continuem dizendo que qualquer “radiozinha” comunitária derruba aviões. É isso que o Ministro das Comunicações fala. Por quê? Ele é funcionário de quem? Do povo? Só se for do povo da Globo, do povo do PROJAC

Vejamos alguns exemplos desta comunicação contrahegemônica. O primeiro é o caso da Venezuela. Pergunta se a Globo, a Record, a Folha de São Paulo, publicaram esta notícia? Na Venezuela em julho de 2006 a ONU reconheceu que o analfabetismo foi erradicado. Esse é o primeiro passo da democratização da mídia. O primeiro passo é um povo informado, um povo que sabe. Não tem analfabeto na Venezuela! Foi, acabou, aplicando o método Paulo Freire. Aplicando Paulo Freire acabou o analfabetismo, esta é a primeira medida para uma comunicação contrahegemônica.

É isso que explica porque Hugo Chavez mandou publicar um milhão de Dom Quixotes? Um milhão de livros do Dom Quixote, pra quê? Cinco milhões da Constituição. Alguém aqui já já pegou a Constituição na mão? Eu nunca peguei. Ah, essa é coisa de estudantes de direito né? Mas pergunta numa faculdade de Medicina, de Economia, o escambal. Na Venezuela foram publicados cinco milhões de exemplares da Constituição. O mesmo acontece no Equador e na Bolívia.

Na Bolívia, Evo Morales já entregou e já estão funcionando, 30 rádios comunitárias dos “povos originais” da Venezuela. Rádios para as várias etnias



indígenas, os vários povos abandonados, dominado, espezinhado, por 500 anos. Rádio financiadas pela Venezuela dentro do projeto da ALBA.

Outro exemplo é o do Uruguai. Denis de Moraes diz que é a legislação mais avançada do planeta, do globo, sobre rádios comunitárias, está no Uruguai. Mesmo neste país neoliberal, surgiu uma nova constituição de rádios. Logo depois do decreto que as regularizou dois anos atrás, 400 rádios pediram regularização. Na mesma época saiu um dado da Venezuela, que de janeiro a agosto de 2007 foram 400 rádios comunitárias legalizadas. E aqui no Brasil 800 fechavam no ano anterior. 800 fechavam. Dois projetos, dois governos diferentes. No Chile, a Bachelet, que não é nenhum governo nem social-democrata, não é do eixo do mal, os piratas do Caribe, mesmo assim, no Chile a Bacheler apóia a rádio comunitária e uma TV com produção independente. E na Venezuela, tem a TV-Vive, que é a TV estatal, e depois a Telesur, que abrange cinco países (Argentina, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Equador) num projeto de uma rede latino-americana.

Só uma frase, para concluir, que é uma frase da diretora da Telesur da Venezuela, que é um dos quatro canais públicos da Venezuela, ela diz o seguinte, numa entrevista que ela deu a um jornalzinho da Argentina: “O modelo dominante de comunicação nos leva ao desencontro, à violência, ao terror, o medo”. É só ligar a televisão hoje, metade é só crime, assassinato, estupro, roubo, o pai que comeu a filha, metade é disso! Qualquer jornal! “A estigmatização dos árabes e dos latinos é constante, ou somos terroristas ou somos traficantes e delinqüente”. É isso que é a comunicação dominante. Há uma permanente desqualificação, estigmatização do povo. É isso que fala a diretora da TV-Vive.

E quais os projetos dos canais de rádio comunitários e de televisão? É formar o povo, informar, estimular a produção alternativa, a produção independente, de grupos, de jovens, de movimentos, de comunidades, formando uma outra comunicação. Pra quê? Para permitir o nascimento da esperança, de um outro projeto, um projeto social-democrata, mas não é o Consenso de Washington.



Colaboração e Liberdade: estratégias de desenvolvimento tecnológico nacional

Por Sérgio Luís Bertoni

*Um desafio está colocado para nós, brasileiros, neste início da era do capitalismo informacional: **aceitar a condição de consumidores de tecnologias e informação alheia ou nos transformarmos em produtores autônomos e soberanos das mesmas.***

No capitalismo informacional, a produção material está assumindo um papel secundário nos processos produtivos, sendo apenas uma consequência da aplicação de tecnologias e conhecimentos.

A chamada produção imaterial ou de bens intangíveis (tecnologia e conhecimento) vai assumindo um papel predominante e quem dominá-los, dominará todo o processo econômico e social. Prova disso é o valor de mercado e o poder de compra de uma empresa de tecnologia como o Google, muitas vezes superior ao valor de mercado da maior montadora de automóveis, que é um exemplo clássico da era industrial. Além disso a saúde financeira das empresas de tecnologia e informação fariam o combalido sistema financeiro internacional passar vergonha, se a tivesse...

Se no obscurantismo da idade média, as catedrais estavam no centro de toda a organização social, política e econômica, assim como na era industrial estavam as indústrias e no capitalismo financeiro os bancos, no capitalismo informacional tudo vai se organizando em torno dos produtores de conhecimento, tecnologia e informação.

Portanto, se nos contentarmos com a condição de meros consumidores de tecnologia e conhecimento, nos contentaremos com a indigna posição de dominados e agravaremos ainda mais as mazelas nacionais. À exclusão social e econômica, estaremos adicionando a exclusão digital e do conhecimento.

Para superar esta condição, antes mesmo que ela esteja consolidada, precisamos romper com o complexo de viralatas que ainda reina em nossas mentes e corações.



Precisamos ser ousados e passar à condição de produtores de tecnologias e provedores de serviços tecnológicos e informacionais.

Precisamos criar infraestruturas tecnológicas nacionais públicas e abertas que garantam o acesso de todas as camadas da população aos novos serviços proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico e informacional.

Precisamos, inclusive, ter servidores e repositórios públicos nacionais para armazenamento seguro de toda a informação, conhecimento e tecnologia produzidos no país. Aliás, a segurança de nossos dados pessoais e coletivos, das tecnologias que produzimos, assim como a sua integridade, são questões tanto de segurança nacional, como de preservação cultural, de nossas crenças e sabedorias autóctonas.

Note-se que falamos de infraestrutura pública e não estatal, porque entendemos que esta mudança de condição, este deixar de ser consumidor de tecnologia e conhecimento para tornar-se produtor dos mesmos, só é efetivamente possível e inclusivo se houver ampla colaboração entre comunidades, governos, sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresas públicas e privadas. Esta colaboração só pode existir em um ambiente livre e colaborativo, onde todos os que participam do mesmo, preservadas suas especialidades e capacidades, igualmente são tratados como sujeitos do processo de desenvolvimento.

A condição de igualdade e protagonismo dos agentes a qual nos referimos no parágrafo anterior não existe no mundo da propriedade intelectual privada, no mundo do copyright como ele é atualmente concebido. No mundo da propriedade intelectual privada, quem a detém, quem detém uma patente, está num patamar superior aos demais e, conforme legislação em vigor, possui determinados direitos reservados que lhe permite, inclusive, indisponibilizar o uso da mesma.

Para sobreviver nesta nova selva do capitalismo informacional **precisamos de um projeto de desenvolvimento tecnológico nacional** que junte iniciativas e evite a concorrência danosa entre irmãos, ou seja, aquela concorrência que leva a dispersão de energias e de trabalho. Não se propõe aqui reinventar rodas, mas sim juntar as partes que hoje se desenvolvem



em separado e criar sinergias que possibilitem o desenvolvimento conjunto delas. E isso, mais uma vez, só é possível em um ambiente de colaboração.

Um exemplo bem prático do que estamos falando é o Blogosfero, a plataforma livre e colaborativa desenvolvida em parceria pela Blogosfera Progressista e o Movimento do Software Livre.

De um lado, @s chamad@s Blogueir@s "Suj@s" realizavam seu trabalho de produção de informação e em defesa da Liberdade de Expressão usando as ferramentas disponíveis. Porém, começaram a sofrer ataques cibernéticos e, o mais grave, a sofrer censura. Posts e blogs foram retirados do ar, muitas vezes de forma arbitrária e completamente sem sentido. Sentiram, então, a necessidade de ter uma blogosfera "blindada" que pudesse protegê-l@s contra estes tipos de ataques.

De outro lado, o Movimento do Software Livre, mais especificamente a Colivre - Cooperativa de Tecnologias Livres da Bahia, desenvolvia o Noosfero, uma ferramenta livre e segura para administração de blogs e redes sociais, testada em ambientes de produção críticos tais como campanhas eleitorais e fóruns de software livre.

Se @s blogueir@s tentassem desenvolver algo do zero, reinventando a roda, levariam anos para conseguir produzir uma ferramenta própria que já poderia estar ultrapassada quando de seu lançamento. Porém, ao estabelecer a colaboração com o Movimento do Software Livre, trocar informações e experiências, foi possível criar o Blogosfero em apenas 4 meses de trabalho de desenvolvimento e disponibilizá-lo ao público em maio de 2012. no 3º Encontro Nacional de Blogueir@s, realizado em Salvador, BA.

Esta colaboração entre Blogosfera Progressista e Movimento do Software Livre tem ajudado às duas comunidades a entender as demandas e ensejos alheios e a apoiar-se mutuamente nas demandas de cada movimento, assim como criar sinergias no desenvolvimento de novas funcionalidades da plataforma. Ou seja, antes mer@s usuári@s de tecnologias para blogs, @s blogueir@s podem hoje também participar do desenvolvimento de uma tecnologia nacional!!!

Muitos são os entes da República Federativa do Brasil (públicos e privados) que planejam desenvolver algo parecido com o já feito pelo



Blogosfero. Mas infelizmente o fazem de forma isolada, sem colaboração. Além de atrasar os processos de desenvolvimento, isso gera um gasto desnecessário de trabalho e inteligência. Somos um país pobre que não pode se dar ao luxo de desperdiçar os poucos recursos que tem.

Se tais iniciativas passarem a colaborar e trabalhar em conjunto juntando as boas práticas e experiências já estabelecidas, podemos dar um salto tecnológico incrível em pouquíssimo tempo.

A resposta para o desafio colocado no início deste artigo está no desenvolvimento de tecnologias nacionais livres e colaborativas, juntando as boas práticas, iniciativas e experiências já existentes e criando sinergias que potencializem os resultados do trabalho e da inteligência nacional. Ou, em uma palavra, **Colaboração!**



A mídia brasileira e a América Latina

Por Elaine Tavares

Os demais países da América Latina aparecem na mídia brasileira em duas situações bem específicas: ou quando vivem alguma tragédia, ou para serem vilipendiados. É a mesma forma como a mídia comercial trata internamente os empobrecidos e os trabalhadores. E por que? Porque a mídia comercial representa uma classe específica: a classe dominante. Logo, não há interesse em representar aqueles que para os que dominam não passam de incômodo. Vejam os exemplos: Como a mídia comercial trata o governo dos Estados Unidos? A França? A Inglaterra? Geralmente eles tem correspondentes especiais nesses lugares. A economia, a política, a cultura, tudo é mostrado de forma positiva. E se algo ocorre nesses países que seja contrário ao status quo dos mesmos, é mostrado de forma pejorativa. Vejam as greves, os movimentos sociais ou coisas do tipo. Pensem em como a mídia brasileira retratou, por exemplo, o caso do soldado Brad Manning, que denunciou as atrocidades dos EUA no Iraque. Façam a comparação sobre a forma como a mídia está tratando os casos de espionagem dos EUA contra o Brasil. Tudo muito civilizado. Nenhuma palavra desabonadora. Imaginem se a Venezuela estivesse espionando os Estados Unidos? O que pensam que aconteceria? Possivelmente uma guerra e o presidente da Venezuela seria mostrado como um ditador, um bandido, um terrorista. Mas, para falarmos de mídia brasileira, é preciso entender do que estamos falando. Quem é “a mídia” brasileira? Para efeito da nossa fala vamos pactuar que a mídia brasileira é a grande mídia, as empresas comerciais, as emissoras de televisão, os grandes jornais, o rádio. Ou seja, são os meios de comunicação de massa que a maioria da população utiliza para se informar e que, no geral, estão no mercado para garantir lucros. Pouco estão se importando com a informação, o jornalismo, ou a produção do conhecimento. Seu objetivo principal é o lucro.

O segundo objetivo é a manutenção do estado de coisas. Esses meios, que visam o lucro, são também máquinas de ideologia para manter a população alienada das várias faces da verdade. É por conta disso que os movimentos



sociais, as lutas dos trabalhadores, a organização popular, as mobilizações etc... nunca são mostradas no seu contexto, como contradições do sistema. Ao esconder esses fatos, as empresas de comunicação se asseguram de que as pessoas vão se manter quietas, sem questionar muito a vida, prisioneiras da mais-valia ideológica, que é uma espécie de escravidão mental. Vou falar disso mais na frente.

Hoje, no Brasil, são entre seis a 11 grandes conglomerados de mídias, os que buscam fazer a nossa cabeça. Alguns deles são familiares como as Organizações Globo (os Marinho), os Sirotski (RBS), os Civita (revistas da Abril), o SBT (Silvio Santos) ou os donos da Bandeirantes, os Saad. Depois temos as igrejas, a Universal (Record), sendo a principal e mais forte. Fora isso, há mais umas três dezenas de mídias redes, afiliadas das grandes, que pertencem a senadores, governadores, deputados, vereadores, pouco menos de 20 mil pessoas, segundo o sítio "Donos da mídia". Toda essa gente representa os interesses delas mesmas como empresas que buscam lucro e os de seus anunciantes, que são outras empresas grandes que buscam o lucro. Nessa ciranda, não há espaço para a vida das gentes. Os trabalhadores e os empobrecidos só aparecem quando são bandidos ou vítimas de tragédia. Se estão em luta, a forma como aparecem é sempre preconceituosa. Claro, há exceções, mas estamos falando no atacado. Vejam como são tratadas as greves e os movimentos sociais. São sempre os trabalhadores e os ativistas aqueles que "atrapalham" o trânsito, que "perturbam" a vida da cidade. São os baderneiros, os terroristas. Essa é a forma óbvia como a grande mídia vai sempre tratar esse segmentos da população, porque é uma gente que quer mudanças. E a mídia representa a classe que quer que tudo fique como está. Então, são peças do tabuleiro da luta de classe. A velha luta entre os oprimidos e os opressores. Nessa luta, são os que oprimem aqueles que detém o poder da força bruta (polícia) e da força ideológica (a comunicação sendo um braço dessa força).

Os demais países da América Latina sempre foram ignorados pela mídia brasileira. Primeiro, porque eram considerados insignificantes demais para serem notícias no jogo de interesses comerciais, por exemplo. Como ao longo de séculos esses países foram, de certa forma, parceiros menores do Brasil, não



havia razão - do ponto de vista da classe dominante - para que a vida, a cultura, a economia e a política desses países fossem conhecidos. Desde a formação das repúblicas (1830) até 1959, não acontecia nada que turbasse a "paz" daqueles que estavam acostumados a dominar. Uma pequena "rugosidade" foi a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), mas, basta pesquisar os jornais da época para ver como tudo foi tratado. Os Paraguaiois eram os "demônios" que precisavam ser destruídos. E assim foi feito. Ao longo de décadas, os países irmãos apareciam no noticiário em situações bem específicas. Seja por conta de tragédias naturais ou fatos bem delimitados, como um golpe de estado, um crime hediondo, alguma coisa folclórica.

1959 foi um ponto de viagem. Os cubanos ousam questionar o poder ditatorial que dominava a pequena ilha do Caribe no mesmo diapasão de toda a América Latina: aliado aos interesses do novo império, os Estados Unidos. Fidel, Raul, Célia, Che, são nomes que começam a crescer no imaginário popular. A revolução cubana, que começa a ser noticiada com frequência, passa a ser vista como uma perturbação total da ordem. Seus líderes passam a ser demonizados. São os comunistas, bandidos, os comedores de criancinha, os que vão roubar as casas, tirar a liberdade, e toda a sorte de outras etiquetas negativas que vão sendo coladas no processo. Poucos são os veículos de comunicação que contextualizam a revolução, que contam o outro lado, que narram a vida através do olhar daqueles que viviam prisioneiros de um sistema que os tornava cada dia mais empobrecidos, prostituídos, degradados. No Brasil, a revolução cubana, a partir do momento em que deixa bem claro seu caráter socialista, passa a ser mostrada como o espaço do demônio.

E foi para preservar os demais países da contaminação do "socialismo" que os Estados Unidos lançam uma ofensiva na América Latina. Não é sem razão que nos anos 60 e 70 proliferam as ditaduras militares em vários países, inclusive no Brasil. Caem sob a mão dos militares também a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Peru, a Bolívia. É uma sucessão de governos autoritários que se forma com a ajuda providencial dos Estados Unidos, visando barrar o perigo cubano, a "ameaça comunista". Naqueles anos, a mídia brasileira igualmente noticiava os fatos nos países vizinhos, com a mesma parcialidade de antes, sempre favorável



aos dominantes. Foi um tempo em que, internamente, os veículos também tinham de conviver com a censura. Mas, no geral, as grandes empresas de comunicação se abraçaram com os militares, inclusive angariando vantagens importantes, como foi o caso da Globo, que vicejou naquela período, garantindo empréstimos milionários e importações clandestinas que lhes valeram o salto tecnológico capaz de dominar o país inteiro com seu sinal. Aliada da ditadura, a Globo foi usada para criar uma "identidade nacional".

Depois, nos anos 80, com a volta da chamada democracia, gradativamente, em quase todos os países da América Latina, a vida seguiu seu curso normal. Poucas notícias dos países irmãos, e sempre na mesma fórmula: tragédia, bandidagem (narcotráfico na Colômbia) ou folclore. É que as democracias, no geral, não representavam qualquer rompimento com a ordem das coisas. No campo econômico e político seguia a dominação por parte dos Estados Unidos, agora através dos empréstimos via FMI. A dependência só aprofundando. Mas, nada disso é discutido na grande imprensa.

Agora, na contemporaneidade, a América Latina voltou a aparecer nos meios de comunicação por conta de uma grande viragem política, cultural e econômica que viveu seu pico a partir dos anos 90 do século passado. Primeiro foram os indígenas que começaram a se levantar, com ocupações gigantescas de espaços públicos, como no Equador, a luta armada, com os zapatistas no México, as rebeliões na Bolívia. Depois, veio o fenômeno Hugo Chávez, que deu outra cara para a América Latina. Com ele, toda a lógica de dependência dos impérios estadunidense começa a cair e uma nova forma de viver a política também aparece com a democracia participativa. A Venezuela passa a ser o motor da transformação. Faz uma Constituinte que dá novos contornos ao que seja uma lei magna. A constituição é construída pelas gentes e são criados dois novos poderes, mudando o modelo liberal do constitucionalismo: o poder eleitoral e o poder popular, garantindo autonomia e poder ao povo organizado. No rastro dessas mudanças vem a Bolívia, que elege Evo Morales e o Equador que elege Rafael Correa, ambos com propostas semelhantes de mudanças radicais na transformação da vida. E como a imprensa trata tudo isso? Com a mesma arrogância e desinformação de sempre. Chávez, ao longo de todo o seu trabalho



como presidente foi demonizado e até mesmo a sua doença serviu para mais ataques. Evo Morales igualmente, afinal, é um índio. Quando decide nacional o gás e coloca em xeque a ação subimperialista do Brasil, também é demonizado. Houve gente que sugeriu até um ataque militar à Bolívia para defender os interesses do Brasil. É que a Petrobrás tinha curso livre no país e dominava a exploração e distribuição de gás natural com um contrato leonino, para a Bolívia. O que Evo faz é estabelecer contratos justos.

Depois, as batalhas da criação de uma nova Constituição são mostradas no Brasil como total descalabro. Durante o levante dos latifundiários de Santa Cruz, que não queriam a mudança na lei por que não admitiam que os índios pudessem mandar no próprio país, também a imprensa brasileira se limitou a noticiar só os fatos violentos, sem mostrar claramente o que estava em jogo no país. Pouca gente ficou sabendo o que era a proposta do Estado Plurinacional e a revolução cultural em curso.

O Equador, que viveu a criação de uma nova Constituição também foi pouco noticiado. E, quando aparecia era sempre com conotações negativas. A nova lei, inédita no mundo todo, estabelece direitos à natureza, uma virada total de conceitos sobre o que seja a organização da vida, com a apropriação de conceitos milenares, das gentes originárias. Tudo isso ficou obscurecido. Ainda que hoje, europeus e estadunidenses venham para esses países estudar suas constituições, que são as maiores novidades no mundo, no Brasil, o tema é ignorado.

Outras mudanças como as leis de comunicação, que transformaram radicalmente o espectro da informação nesses países, bem como, mais recentemente a Argentina, sempre foram noticiadas com parcimônia. O foco negativo, a abordagem no conflito, sem contextualização que pudesse levar as pessoas a compreenderem o que realmente acontecia. Um caso que serve de modelo foi a não renovação da concessão da RCTV na Venezuela. Para a mídia brasileira era um ato ditatorial do presidente Chávez. Não era dito que a emissora havia burlado as leis e que não havia sido fechada, apenas não tinha sido renovada sua concessão. Ela seguiu existindo e transmitindo na net. A concessão



de televisão é uma coisa pública e precisa estar submetida as leis. Mas, isso não era dito.

Os absurdos que são gerados com a desinformação prestada pela mídia comercial chegam ao ponto de ouvirmos coisas como a declaração de uma professora da USP, pasmem, a Maristela Basso, que, falando sobre o país disse ser o mesmo "insignificante" par ao Brasil. Desconhece a professora que o Brasil tem relações comerciais importantíssimas com a Bolívia. Praticamente todo o gás natural consumido aqui vem da Bolívia por um gasoduto de quase três mil quilômetros, movimentando bilhões de dólares. A Bolívia ainda é uma das mais importantes reservas de lítio, um material que está presente na vida de todos nós, nas baterias de celular e outras bugigangas tecnológicas. A Bolívia tem uma história, um patrimônio cultural da grandeza de um Egito, uma Mesopotâmia. Ora bolas, é muita ignorância. E assim poderíamos ficar falando da ação desinformativa da mídia, país por país. Mas, o que precisa ficar bem claro é que isso não é feito por esquecimento ou ignorância. Faz parte da lógica de dominação e manutenção da dependência cultural. Faz parte da manutenção da colonização das mentes e da perpetuação da mais-valia ideológica. Ludovico Silva, um filósofo venezuelano cunhou essa expressão ao mostrar que a pessoa, mesmo quando está em casa, descansando, vendo televisão, continua prisioneira do mundo da produção real. Está o tempo todo sendo levada ao consumismo, a movimentar a máquina do capital. Logo, está sob o domínio da mais-valia ideológica. A mídia, desinformando e criando necessidade, mantém as mentes cativas do sistema, seja na realidade concreta (o consumo) ou na colonização mental (ideologia).

Vocês poderiam dizer que agora temos as redes sociais, a internet livre e isso muda tudo. Em parte. Primeiro que a internet não é livre. Para acessá-la há que pagar e se submeter às regras dos provedores, que são dominados pelos mesmos grupos que dominam os demais meios de comunicação. Mesmo que haja acesso gratuito, ainda assim, a pessoa pode ter o seu blog tirado do ar se o provedor quiser. O facebook bloqueia e desbloqueia o teu perfil quando bem quer, e ainda rouba todas as tuas informações. Isso é liberdade. É certo que muita coisa vaza, isso faz parte da contradição do sistema, mas as jornadas de



junho deixaram bem claro que a maioria da população ainda precisa da confirmação da mídia para os fatos. Tanto que quando começaram as mobilizações gigantescas pelo passe livre, o tema bombou na redes sociais e a mídia foi obrigada a ver. Mas, como sempre, inventou novas bandeiras, deu outra conotação para as passeatas e levou muita gente a se mobilizar por coisas que nem conhecia, como foi o caso da PEC do Ministério Público.

Então, o primeiro passo para entender o processo de comunicação é conhecer a realidade dos meios. Não dá para ser ingênuo quanto a "democratização" dos meios de comunicação comercial nesse tipo de estado que temos. Transformações importantes só foram possíveis nos países que citei: Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, porque lá existem movimentos fortes de luta por uma outra forma de organizar a vida.

No Brasil, pensem comigo: que lei sairia de um Congresso Nacional que tem grande parte dos seus membros como donos ou sócios de empresas de comunicação, ou gente que representa os interesses dos grandes grupos? Se não houver movimento na rua, qualquer lei de comunicação no Brasil seria um arremedo de democracia.

Assim, meus amigo, sinto dizer: mas, para garantir mudanças significativas na nossa vida há que lutar. Uma luta coletiva, séria, baseada no conhecimento das coisas. Sem isso, não avançamos.



Portal Comunitário, popular, alternativo: identificando potencialidades

Por Maria Lúcia Becker

A apresentação de uma experiência geralmente faz uma descrição, ressaltando avanços, limites, problemas, o que foi positivo, o que poderia ter sido, entre outros aspectos. Em vez de uma apresentação, entretanto, este pequeno texto quer trazer uma reflexão que aponta um pouco do potencial da comunicação popular e comunitária na internet, revelado pela experiência do Portal Comunitário de Ponta Grossa (www.portalcomunitario.jor.br), que completou cinco anos em agosto de 2013. Para isso, dado o objetivo de contribuir com o II Curso de Comunicação Popular, coloca em foco o caráter "comunitário, popular e alternativo", definido nos primeiros momentos de planejamento editorial e divulgado no documento "Linha editorial"..

O Portal Comunitário tem a sua identidade constituída pela interseção entre esses três tipos de mídia. Ou seja, o desenho do seu perfil **não contém** todos os traços que configuram a comunicação comunitária, somados a todos os que compõem a comunicação popular e a todos os que demarcam a comunicação alternativa. Mas, pode-se dizer que contém muitos dos pontos convergentes e de reforço mútuo entre as três linhas.

Em princípio, a comunicação comunitária é aquela feita na comunidade, pela comunidade. No Portal Comunitário, a comunidade participa da definição do conteúdo, mas a produção de todo o material e do desenho/estrutura do site é feita por alunos e professores do curso de Jornalismo da UEPG, como exercício obrigatório das disciplinas de Webjornalismo, Comunicação Comunitária e Telejornalismo e também como atividade de extensão por parte do grupo de bolsistas, voluntários e professores responsáveis pelo projeto junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX).

Associações de moradores dos bairros de periferia, ONGs, Sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, entidades assistenciais e grupos culturais são parceiros: apresentam pautas, indicam fontes, fornecem informações, discutem hipóteses, contam histórias, revelam ligações entre os fatos. E isto é



possível porque, no início de cada ano, a turma do terceiro ano é dividida em equipes de três ou dois alunos, que passam a se inserir e acompanhar de perto, durante todo o ano, pelo menos um bairro (associações de moradores e outras entidades locais), um sindicato e uma entidade ou movimento social.

A participação direta da comunidade, entretanto, pode ser colocada como potencial a ser desenvolvido por este ou outros projetos semelhantes, uma vez que um aplicativo, ou um subdomínio, ou mesmo uma simples página diferenciada dentro do site poderia articular o recebimento e a publicação de conteúdos produzidos pelos grupos/entidades. Isso sem qualquer prejuízo para as atividades dos alunos no projeto, que cumprem a função de proporcionar-lhes uma formação mais ampla do que a trazida pelas teorias e técnicas.

Cada equipe de reportagem “cobre”, durante todo o ano, um mesmo bairro ou entidade. Assim, diferentemente da grande mídia, o Portal acompanha do início ao fim uma reivindicação ou denúncia, a cobrança de uma promessa ou compromisso, a solução de um problema, linkando com situações ocorridas em outros momentos ou em outros locais da cidade. Este é um dos fatores que diferenciam o jornalismo hiperlocal em relação à comunicação comunitária. A mídia convencional também fala do buraco da rua, da campanha de uma ONG, ou do protesto feito por um movimento social. São, porém, coberturas fragmentadas, pontuais no espaço e no tempo.

Tornando acessível o conjunto do material produzido ano a ano sobre fatos relacionados a cada sujeito social, potencializa-se a comunicação comunitária como instrumento na construção permanente da comunidade – que não pode ser entendida como algo pronto e acabado. Este é outro potencial identificado pela experiência do Portal, que pode ser melhor desenvolvido por meio de um uso mais planejado dos links. Isto é, a composição de hipertextos precisa e pode ser um instrumento de integração da memória aos fatos atuais que proporcione condições para uma visão da realidade em perspectiva (passado-presente-futuro), visão que é fundamental para as organizações populares avançarem na solução dos problemas imediatos e na luta por mudanças mais profundas na sociedade.



O caráter contra-hegemônico, todavia, não faz parte necessariamente da comunicação comunitária. É, sim, componente imprescindível da comunicação popular e alternativa. Para ser comunitário, basta o meio de comunicação pertencer e/ou estar a serviço de uma comunidade, qualquer que seja ela (a comunidade do Residencial Alphaville, em Campinas, por exemplo, tem o jornal “Viver AlphaVille”). Já o popular não está em qualquer lugar, existe como construção social-histórica das classes subalternas.

A comunicação popular tem sido definida como comunicação para a mudança, ou comunicação emancipatória, pois tem as classes populares como protagonistas. No Portal Comunitário, este protagonismo se revela principalmente no “o quê” e no “quem” de cada notícia.

Na interface entre o caráter popular e o alternativo, está o que o jornalismo chama de “critérios de noticiabilidade”. Diferente do que faz a mídia hegemônica, tem “valor-notícia” aqui os fatos, temas e sujeitos coletivos ligados aos interesses, necessidades e preocupações das pessoas colocadas na periferia (da sociedade e não só da cidade) por meio da subtração de direitos de cidadania. E, claro, estas pautas exigem entrevistar, como fontes de informações e opiniões, pessoas que representam os grupos e entidades populares.

Assim, consegue-se uma visibilidade na esfera pública local não só para os temas importantes para as pessoas das classes subalternas, mas também para suas organizações. Há, no entanto, um potencial de amplificação destas vozes populares a ser desenvolvido: a publicação traz para os sujeitos populares a visualização dos seus próprios assuntos e declarações, fomentando reflexões que poderiam ganhar novamente as telas por meio da publicação de artigos de opinião escritos pelas lideranças populares e, com isso, envolver mais pessoas e aprofundar a discussão.

Este potencial de contribuição para o debate de um projeto contra-hegemônico de sociedade se expressa também no que pode ser chamado de vizinhança virtual: os portais são sites que congregam diferentes tipos de informações e serviços. Nesta linha, o Portal Comunitário tem páginas dedicadas aos bairros (num total de 12 bairros, cada qual com as associações de moradores de suas vilas, jardins e conjuntos habitacionais), ONGs



(ambientalistas, pessoas com deficiência, travestis e homossexuais, grupos de capoeira, apoio aos portadores de HIV, entre outros), 16 sindicatos de trabalhadores, além de movimentos sociais, como o MST, com a presença da Comunidade Emiliano Zapata, o movimento Hip Hop, o de mulheres/gênero, o do transporte público, o estudantil, o de Combate à Corrupção e o de Democratização da Comunicação. Ao mesmo tempo em que cada entidade/grupo tem o seu espaço (categoria) própria, com área exclusiva, os títulos e chamadas das notícias e reportagens se misturam na página inicial, colocando cada grupo/entidade diante dos olhos dos demais e contribuindo para uma visão menos fragmentada e individualizada da realidade.

“Bairros”, “ONGs e Grupos”, “Movimentos” e “Sindicatos” são as quatro categorias que formam a estrutura básica do Portal, determinando 90% de toda a navegação dos usuários – os outros 10% ficam por conta das seções de serviços. Juntando-se aos elementos já citados como indicativos do potencial alternativo do veículo, tal estrutura foi estabelecida tendo em vista não só uma organização simples e clara que facilite o acesso por parte das pessoas iniciantes na internet e/ou com pouco hábito de leitura, mas principalmente visando à colocação dos sujeitos populares em evidência dentro do amplo leque de organizações que compõem a sociedade civil.



Guatemala: um campo de extermínio da Guerra Fria
Reflexões sobre a “amnésia oficial” patrocinada pelos grandes conglomerados privados de comunicação

Por Leonardo Severo

“Na Guatemala, o terror se transformou num espetáculo: soldados, comissionados e patrulheiros civis estupravam as mulheres diante dos maridos e dos filhos. O zelo anticomunista e o ódio racista se disseminaram no desempenho da contrainsurgência. As matanças eram inconcebivelmente brutais. Os soldados matavam crianças, lançando-as contra rochas na presença dos pais. Extraíam órgãos e fetos, amputavam a genitália e os membros perpetravam estupros múltiplos e em massa e queimavam vivas algumas vítimas”.

O relato extraído do livro "A revolução guatemalteca", (Greg Grandin, Editora UNESP, 2004), descreve os pormenores da política de terrorismo de Estado promovida pelos governos dos EUA – com apoio de Israel - contra os movimentos de resistência da nação maia nos anos 70 e 80.

Vale lembrar, destaca o autor, que “as práticas ensaiadas na Guatemala – como as desestabilizações e os esquadrões da morte dirigidos por agências de inteligência profissionalizadas – propagaram-se por toda a região nas décadas subsequentes”. E ganharam o mundo, afirmamos nós, como o comprovam as invasões do Iraque e da Líbia, onde o número de mercenários superou em muito o do exército regular. O fato destas “empresas” estarem entre as principais doadoras das bilionárias campanhas eleitorais estadunidenses não é um mero detalhe. Assim como o fato do secretário de Estado norte-americano Foster Dulles, advogado/acionista da United Fruit, ter comandado a campanha - ao lado de seu irmão Allen Dulles, chefe da CIA – pela derrubada do presidente guatemalteco Jacobo Árbenz, consumada em 28 de junho de 1954. O motor do golpe que levou ao poder o coronel Castillo Armas foi a nacionalização de terras da “Frutera” e sua distribuição a camponeses pobres e a indígenas.

Propaganda de guerra

No momento em que o Império retoma a propaganda de guerra contra o povo sírio e seu governo, a leitura contribui para refletirmos sobre os padrões de



manipulação. Uma “amnésia oficial” patrocinada pelos grandes conglomerados privados de comunicação para dissipar a responsabilidade estadunidense na deposição de governos nacionalistas como o de Árbenz. Ali, lembra Grandin, “a CIA se serviu de práticas tomadas de empréstimo à psicologia social, a Hollywood e à indústria publicitária para erodir a lealdade” e gerar aversões, numa “campanha de desinformação concertada” em favor da United Fruit, grande latifundiária e também proprietária das rodovias, ferrovias e portos do país.

Com riqueza de dados e citações, a obra desnuda os meandros da participação de Israel como coringa ianque ao longo da agressão, desde o começo dos anos 70, até o período “mais cruel da repressão”, entre 1982 e 1983, com a chegada ao poder do general Efraim Ríos Montt. É neste momento, recorda o autor, “quando os massacres se tornaram simultaneamente mais precisos e mais horrendos”. Em recente visita à Guatemala, pudemos ouvir inúmeros relatos de sindicalistas sobre tais sevícias. Como não comparar com a prática nazi-israelense dos ventres abertos à ponta de baioneta, quando lembramos os 30 anos do massacre do campo de refugiados palestinos de Sabra e Chatila? Como esquecer dos soldados sionistas, em pleno século 21, praticando tiro ao alvo nos olhos das crianças palestinas, vazados pelas balas de aço revestidas com borracha?

O genocida Ríos Montt

Em maio de 2013, no julgamento em que Ríos Montt foi condenado por “genocídio” pelas atrocidades cometidas, a juíza Jazmín Barrios possibilitou que 149 mulheres da etnia ixil rememorassem o horror dos “estupros coletivos” praticados contra suas aldeias há três décadas. “O primeiro que perguntaram foi se dávamos comida aos guerrilheiros. Respondi que sequer os conhecia. Na casa estava minha filha, de uns 17 anos, e dois dos seus irmãos pequenos. Os soldados arrancaram sua roupa, separaram suas pernas com força e começaram a estuprá-la em frente às crianças, que choravam de medo”.

A contundência da narrativa de senhoras de 50 a 60 anos amplificou o circo de horrores que transborda dos informes da Recuperação da Memória Histórica (Remhi) da Conferência Episcopal Guatemalteca (CEG), e da Comissão



de Esclarecimento Histórico, patrocinada pela ONU. “Os estupros foram utilizados como instrumento de tortura e escravidão sexual, com a violação reiterada da vítima”. “Se tens marido, então te estupram entre cinco e dez soldados. Se és solteira são 15 ou 20”. “Meu tio ia por um caminho com sua filha e uma neta, quando uma patrulha militar conseguiu agarrar as meninas. A criança de sete anos mataram, porque foram tantos os soldados que passaram sobre ela...”. “Alguns soldados estavam doentes de sífilis ou de gonorreia. A ordem foi que estes passassem por último, quando os são já tivessem estuprado”.

Soam ridículas as alegações de que tantos e tão flagrantes abusos tenham sido ações individuais e é risível o empenho das agências internacionais de notícia – as mesmas que blindaram os crimes perpetrados – para que seja esquecido o entranhado envolvimento dos EUA e do atual presidente guatemalteco, Otto Pérez Molina, no passado que não passou.

“Foi um serviço completo, com planejamento até o último detalhe”, relata Hector Gramajo, líder militar guatemalteco, lembrando que as zonas de resistência popular à entrega do país ao estrangeiro eram apontadas como “vermelhas”. Nelas, a luta deveria ser “sem quartel: todos deveriam ser executados e as aldeias arrasadas”. (Schirmer, J. *The Guatemalan military Project: a violence called democracy*. Philadelphia: University of Pennsylvania, Press, 1998).

As mentiras de Reagan

Foi durante a administração do presidente estadunidense Ronald Reagan, lembra Greg Grandin, que “o governo da Guatemala cometeu suas piores atrocidades”. “Com a ascensão de Ríos Montt ao poder e o início da campanha de terra arrasada, o governo Reagan passou a fazer um vigoroso lobby pela retomada da ajuda militar”, destaca o autor, “conquanto um documento liberado da CIA deixe claro que, já em fevereiro de 1982, os analistas norte-americanos estivessem cientes das crescentes violações dos direitos humanos”. Em dezembro de 1982, no “auge da sanguinolência”, o presidente cowboy encontrou-se em Honduras com Ríos Montt, “o general do Exército que, na qualidade de chefe do Estado, presidia a pior fase do genocídio” e declarou que



este era “injustiçado” pelos críticos e estava “totalmente comprometido com a democracia” (The New York Times, 5.12.1982).

Em janeiro de 1983, de olho na venda de armamentos ao país e no apoio da ditadura guatemalteca aos “contras” - mercenários que combatiam a revolução sandinista na Nicarágua -, o porta-voz do Departamento de Estado, John Hughes, comemora que Ríos Montt havia conseguido um “declínio extraordinário” nos abusos cometidos.

Apesar do forte bloqueio, as informações sobre os crimes começaram a fugir do controle. Mesmo dentro dos EUA, a opinião pública passou a pressionar contra o apoio ao regime fascista. Então, a participação israelense como “testa-de-ferro” na Guatemala caiu como uma luva para “contornar a proibição” votada pelo Congresso.

Obviamente, várias empresas estadunidenses também se utilizaram de artifícios para desrespeitar a decisão que defendia a vida, mas contrariava os seus negócios. “Leon Kopyt, o presidente da Mass Transit Systems Corporation da Filadélfia, contou a um jornalista que fazia anos que sua empresa fornecia ao governo guatemalteco miras laser de fuzil, embora a solicitação de venda desses produtos tivesse sido indeferida pelo Office of Munitions. A Mass Transit driblou a proibição do Congresso simplesmente comprando as miras laser de uma empresa estrangeira e revendendo-as ao exército guatemalteco. Por sua própria natureza, é difícil determinar a extensão dessas linhas de suprimento militar ilícito”, relata o autor.

Parceria sanguínea

De uma ou de outra forma, “a operação militar israelense-guatemalteca se iniciou plenamente em 1974, quando os dois países firmaram um acordo sobre armas”. (Rubenberg, C. A. Israel and Guatemala: arms, advice and counterinsurgency, Middle East Report, May-June, 1986)

Assim, “em questão de meses”, chegaram ao país aviões, carros blindados, fuzis de artilharia, submetralhadoras Uzi e fuzis de assalto Galil, assim como técnicos e instrutores militares israelenses. Quando os EUA cortaram parte da ajuda em 1977, Israel passou a ser o principal fornecedor de armamento e



tecnologia militar da Guatemala (Lusane, C. Israeli Arms in Central America, Covert Action, winter, 1984).

“A partir de 1977, Israel mandou para a Guatemala onze aviões de transporte Arava, dez tanques, 120 mil toneladas de munição, três barcos patrulheiros Tair, um novo sistema tático de rádio e um grande carregamento de morteiros de 81 milímetros, bazucas, granadas e submetralhadoras Uzi. E, em 1982, as tropas guatemaltecas receberam, em Puerto Barrios, dez tanques no valor de 34 milhões de dólares. A CIA e o Pentágono providenciaram para que a carga chegasse da Bélgica, passando pela República Dominicana” (Nairn, A, The Guatemala connection, The Progressive, maio 1986).

Também nessa década, aponta Greg Grandin, o governo israelense ajudou a instalar a Indústria Militar Guatemalteca, em Alta Verapaz, para fabricar munições para os fuzis Galil – que já monopolizavam o país - e as submetralhadoras Uzi. Em 1979, técnicos da Tadiran Israel Eletronics instalaram um centro de computação na capital do país, que se integrou ao Centro Regional de Telecomunicações e começou a funcionar em 1980. Em 1981, foi aberta a Escola de Transmissões e Eletrônica do Exército, “construída e financiada por Israel e dotada de pessoal israelense, para treinar militares em tecnologia de contrainsurgência”.

Nesta toada, em 1992, havia pelo menos trezentos peritos em inteligência israelense no país centro-americano, entre “especialistas em segurança e comunicações e pessoal de treinamento militar”. (The New York Times, 17.4.1982).

O resultado da parceria EUA-Israel na Guatemala não poderia ser outro que não o “terror em escala industrial”. “No curso de duas décadas, até o término da guerra em 1996, o Estado havia matado duzentas mil pessoas, feito desaparecer com 40 mil e torturado não se sabe quantos milhares mais”, aponta Greg Grandin.

Na prática, mais do que em laboratório, a Guatemala foi convertida – como enfatiza o autor - em “campo de extermínio da Guerra Fria”.



Folha do Sabará: da organização popular a efetivação da comunicação comunitária

**Por Camilla Hoshino,
Ednubia Ghisi e
Laís Dlugosz**

Não existe uma “fórmula mágica” para a comunicação comunitária. Cada vez mais, ela vem revelando uma pluralidade de jeitos, estratégias e meios de se desenvolver, a partir das transformações e dinâmicas sociais que surgem em determinada localidade. Aos poucos, em uma realidade de concentração cada vez maior dos meios de comunicação tradicionais, a produção coletiva vem ganhando espaço e se revelando um importante meio para a democracia. Dessa maneira, a experiência do jornal comunitário Folha do Sabará, construído na região metropolitana de Curitiba, além de trazer uma avaliação sobre a necessidade da organização popular para que a produção comunitária seja garantida, pode também servir de inspiração para que novas experiências se proliferem.

O jornal Folha do Sabará é uma produção organizada pelas associações de moradores Jardim Eldorado, Nova Conquista e Esperança. Sua proposta de periodicidade é a publicação bimestral, considerando uma tiragem de 3 mil exemplares e a distribuição gratuita pela região do Sabará. Em circulação desde 2007, a Folha do Sabará não possui fins lucrativos e conta com um conselho editorial formado por membros da comunidade, jornalistas, estudantes de comunicação e apoiadores de instituições populares, que integram um coletivo de comunicação popular. É importante ressaltar que o projeto não é orientado por nenhuma linha político-partidária.

Os temas das reportagens que compõem o jornal são definidos em reuniões de pauta, que ocorrem geralmente na primeira sexta-feira de cada mês, às 19 horas, na sede da Associação Comunitária das Vilas Esperança e Nova Conquista. A reunião é aberta a toda comunidade, e todos os participantes indicam as melhores fontes de informação e também definem o foco da



reportagem. Para cada matéria é indicado um morador para acompanhar o processo de produção, ser fonte ou indicar eventuais fontes para compor o material. O Coletivo de Comunicação Popular - em contato com o morador indicado- produz as matérias sobre os assuntos levantados pelos moradores e depois da primeira etapa cumprida é feita a leitura dos textos em reunião com o conselho editorial, em encontros também abertos à comunidade. As modificações, tanto no texto quanto no design das páginas, são feitas junto com os moradores.

Apenas após a aprovação de textos e fotos é que o jornal segue para a diagramação- atualmente feita por integrante do Coletivo- e depois de ir para a gráfica, são distribuídos pelos moradores pela Vila e região. É importante destacar também que a impressão do jornal é custeada a partir da venda de anúncios que os envolvidos com o jornal negociam com o comércio local, a preços bem abaixo do que o comum. É uma maneira de envolver mais a comunidade na produção do jornal e, ao mesmo tempo, um meio de fortalecer o comércio local. O custo total para impressão de 3 mil exemplares coloridos é de R\$ 600,00.

A estrutura do jornal pode ser dividida em três partes: reportagens, agenda e espaço para os apoiadores. As reportagens são textos sobre temas de interesse da comunidade do Sabará, com dados informativos e entrevistas com moradores e especialistas. Os assuntos da reportagem abrangem discussões atuais e problemas da coletividade nas áreas de saúde, educação, habitação, segurança, entre outros. Na agenda, encontra-se espaço para divulgação de eventos e reuniões que acontecem no Sabará. Por último, existem os anúncios dos patrocinadores da Folha do Sabará para divulgação de produtos e serviços, que ficam diagramados na última folha do jornal.

Quando criado, em 11 de agosto de 2007, a Folha do Sabará contou com apoio do projeto Direito e Cidadania, coordenado pela Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos e Ambiens Sociedade Cooperativa. Hoje, o jornal é apoiado pela Terra de Direitos, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Cefuria, Rede de Educação Cidadã, movimento Levante Popular da Juventude e Escola Municipal CAIC Cândido Portinari.



Desde então, a Folha do Sabará está se concretizando como ferramenta de luta e comunicação da comunidade. Essa busca parte do exercício de construir um veículo de comunicação que empodere os moradores do Sabará, e região do CIC, como cidadãos que questionem o contexto social em que vivem e utilizem o recurso da comunicação para dissipar essas informações, encaminhamentos e conclusões, além de dialogar com o poder público.

No entanto, não é simples tarefa inserir os moradores da Vila Sabará nas atividades que envolvem a produção coletiva do jornal. Além de motivos que se apoiam no contexto histórico das pessoas, outros motivos pontuais também se manifestam para argumentar um pouco dos empasses. Por exemplo, atualmente a maior possibilidade de desenvolvimento da comunicação popular na comunidade, o jornal Folha do Sabará, instala seus encontros de pauta, leitura das matérias e reuniões gerais na sede da Associação Comunitária das Vilas Esperança e Nova Conquista ; o espaço é propício para esses eventos, porém a própria participação da população na Associação é pequena e os poucos membros são os rostos que sempre marcam os encontros do jornal. O difícil diálogo entre as distintas gerações (membros antigos x juventude) também entra como item relevante, já que contribui para dificultar o empoderamento dos jovens no projeto, desestimulando sua participação. A consequência acaba sendo a predominância das mesmas pessoas pensando a Folha do Sabará, tendo pouca, ou quase nula, participação dos moradores em outras etapas da feição dos jornais, como as entrevistas e produção de matérias, que ficam a cargo do Coletivo de Comunicadores Populares.

Com os anos de circulação da Folha do Sabará, entre muitas dificuldades e desafios, fica latente a necessidade de mobilização e organização local para a existência do jornal. Sem pessoas da comunidade envolvidas, legitimadas para pautar os temas, com abertura com os demais moradores, convictas da importância da comunicação popular, não é possível a sustentação de um jornal que seja, de fato, comunitário.

Para os comunicadores envolvidos no processo, não moradores do território, fica colocado o desafio de contribuir e participar da vida organizativa da comunidade e da associação das vilas, para além dos encontros de produção do



jornal. Conhecer de perto a comunidade, com a visão mais geral do contexto local, disputas, conflitos, principais anseios, contribuiu para que a atuação enquanto comunicador popular fosse mais efetiva. A cada ação desenvolvida pela comunidade, como mobilizações, momentos festivos e conflitos políticos, é possível compreender e intervir melhor na realidade.

A construção de uma ferramenta como a Folha do Sabará é um desafio prático da comunicação popular, tanto para a comunidade, quanto para os comunicadores vindos de fora. A dinâmica da produção, com todas as dificuldades, proporciona grande aprendizado para as pessoas envolvidas, por se tratar de um exercício contínuo dos elementos que constituam a comunicação popular, apontados no início do artigo.

Destaca-se como desafio central para os comunicadores populares envolvidos no processo o avanço no estudo e sistematização das experiências de comunicação popular, para compreender e contribuir com o debate acerca do tema, dentro e fora da comunidade. Para além da dedicação no território, da imersão na realidade local, é preciso fazer de forma constante a síntese entre a teoria e a prática da comunicação popular.